

Avança projeto que muda regra da reeleição

Pelo projeto aprovado por comissão, governante terá de deixar cargo seis meses antes

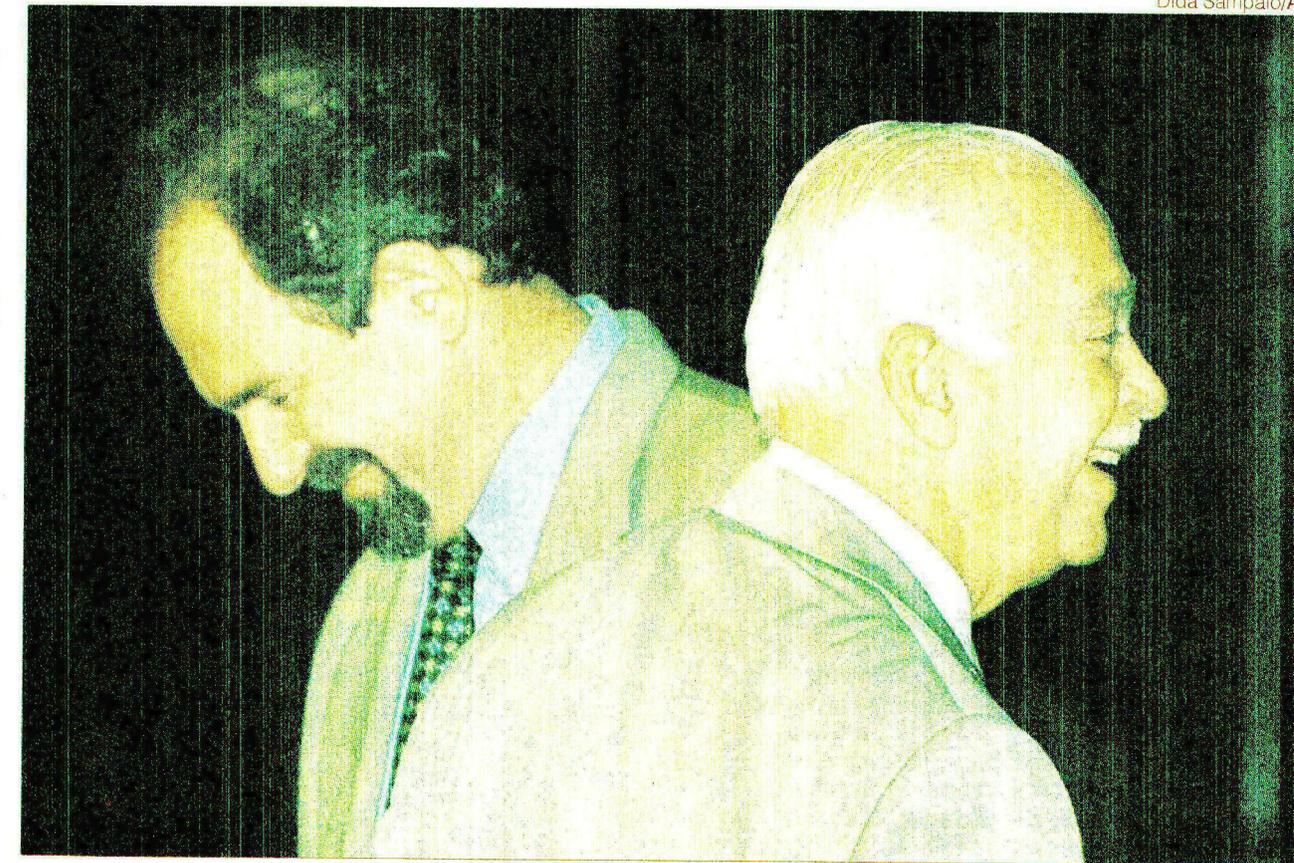
TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA – A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem proposta de emenda constitucional que determina que o Presidente da República, os governadores e os prefeitos devem renunciar aos seus mandatos até seis meses antes das eleições para concorrerem a quaisquer cargos eletivos. A desincompatibilização valerá também para os candidatos à reeleição em cargos executivos. O projeto, agora, seguirá para apreciação em plenário.

Na última quarta-feira, a CCJ da Câmara havia aprovado o fim do segundo turno para as eleições de Presidente da República. Há outras emendas em tramitação, também na Câmara, estendendo o fim do segundo turno para governadores e prefeitos. O senador Íris Resende (PMDB-GO), relator do projeto, disse que é necessário o afastamento do cargo por causa da interferência que o governante pode ter sobre as eleições.

“É a força do poder”, declarou ele, ao justificar que a permanência dos candidatos à reeleição em cargos executivos “já se revelou totalmente inconveniente nas experiências que tivemos após a introdução do instituto na nossa legislação”. Em seguida, referiu-se às eleições de 1998 e de 2000 quando, na sua opinião, foram cometidos abusos que não puderam ser contidos pelas restrições eleitorais impostas. Para ele, o afastamento torna a disputa

PROPOSTA
VAI A
VOTAÇÃO
NO PLENÁRIO



Dida Sampaio/AE

Os senadores Dutra e ACM, mesmo com acertos de última hora entre PT e PFL, será difícil aprovar mudanças no sistema político-partidário, que são cercadas de polêmica

mais honesta e equilibrada.

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC), autor do projeto, ressaltou que “o instituto da reeleição, por si só, beneficia a candidatura dos aspirantes

aos mesmos cargos, cujos nomes já se encontram em evidência perante o eleitorado”. E acrescentou: “não exigido o afastamento, o privilégio se manifesta de maneira a afrontar veementemente o maior princípio do Estado de direito, o princípio da igualdade”. O senador José Dutra (PT-SE), que fez questão de se dizer contra a reeleição, afirmou que é preciso que existam mecanismos de proteção. Apenas os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Roberto Freire (PPS-PE) votaram contra a emenda.